

Anistias serão suprimidas por acordo

BRASÍLIA — As Lideranças do Governo propuseram e a Liderança do PMDB aceitou a supressão de quatro dispositivos polêmicos aprovados no primeiro turno: anistia a micro e pequeno empresários, anistia fiscal, estabilidade dos servidores e licença paternidade. Essas supressões são defendidas também pelos empresários. No início da noite de ontem, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, respondeu a um chamado do Presidente e, em telefonema, se colocou à disposição de Sarney para negociar eventuais alterações no projeto de Constituição. Serão decididos no voto questões como o turno de revezamento de seis horas, comercialização do sangue, direito de greve e contratos de risco.

Ainda há possibilidade de acerto entre os maiores partidos e o Governo em outros pontos polêmicos, como tabelamento de juros em 12 por cento, mandado judicial e revogação dos decretos-leis. Depois da ampla vitória conseguida na aprovação do projeto de Constituição, o PMDB teria facilidade de manter esses dispositivos, mas está dividido em relação a esses pontos. Alguns setores

argumentam, por exemplo, que a revogação dos decretos-leis ainda não aprovados pelo Congresso — como o que criou a Unidade de Referência de Preços (URP) — poderia desestruturar ainda mais o sistema econômico-financeiro.

Em relação aos juros, o PMDB aceita discutir a emenda do Deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), que estabelece o princípio do tabelamento na Carta e remete para a lei complementar a fixação do percentual. O Líder do PMDB, Nelson Jobim (RS), admite que a taxa de juros deve ser diferenciada em cada tipo de operação de crédito. Mas os Líderes do Governo, PDS e PFL insistem na supressão total do tabelamento.

Também divide os peemedebistas a preferência às empresas de capital nacional na aquisição de bens e serviços pelo Estado. Com o apoio de Ulysses Guimarães e do Relator Bernardo Cabral, o Líder do PMDB está inclinado a aceitar a supressão parcial deste dispositivo, para eliminar a discriminação às empresas de capital estrangeiro. Mas o partido está sofrendo forte pressão da Frente Parlamentar Nacionalista e da Câmara das Empresas Brasileiras de

Capital Nacional, que lutam contra qualquer alteração no texto.

O PDS, o PFL e o Governo apresentaram 61 propostas ao PMDB. A reposta foi positiva para 21 e negativa para 27. As restantes serão reexaminadas pelo PMDB. O partido só não aceita negociar os pontos aprovados mediante acordo no primeiro turno, como todos os direitos trabalhistas e a nova estrutura da Previdência. O Deputado José Bonifácio (PDS-MG) acha que os entendimentos serão difíceis, porque o PMDB estaria cedendo apenas nas questões óbvias ou consensuais.

A primeira reunião de negociações será segunda-feira, às 13 horas, no gabinete da Liderança do PMDB. Ontem de manhã, todos os líderes partidários estiveram reunidos para negociar os dispositivos que seriam votados à tarde. Fecharam acordos em alguns casos e deixaram outras questões para decidir no voto. Foi o caso da supressão da "livre iniciativa" no dispositivo que define os princípios fundamentais do Estado. O trabalho feito pela manhã agilizou a votação, mas não foi debatido nenhum ponto polêmico.

A POSIÇÃO DO PMDB SOBRE CADA QUESTÃO POLÊMICA

BRASÍLIA — O PMDB definiu posição sobre as 61 propostas encaminhadas pelas Lideranças do Governo, PFL, PDS e do PTB. O PMDB respondeu negativamente a 27, positivamente a 20 e admitiu examinar 12 itens, além de liberar seus parlamentares na questão no voto aos 16 anos. A seguir, a posição do partido nas principais questões (entre parênteses, o autor da reivindicação):

- Remeter à lei complementar a definição da licença-paternidade (Governo, PFL e PDS).
- Retirar do Estado a tarefa de organizar o abastecimento alimentar (PFL e PDS).
- Suprimir a moção de censura (Governo).
- Suprimir a expressão "de um salário mínimo" na aposentadoria para idosos e deficientes físicos (PFL e PDS).
- Suprimir a estabilidade do funcionário público que tiver cinco anos de serviço (Governo, PFL e PDS).
- Suprimir o dispositivo que cria critérios diferenciados para fixação do valor das aposentadorias (Governo, PFL e PDS).
- Suprimir a isonomia dos delegados com magistrados (Governo, PFL e PDS).
- Suprimir a anistia aos microempresários urbanos e pequenos agricultores rurais (Governo, PFL e PDS).

- Suprimir a anistia dos débitos tributários (Governo, PFL e PDS). Respostas negativas:
- Suprimir o turno de revezamento de seis horas (Governo).
- Suprimir o adicional de 50 por cento nas horas extras (Governo).
- Estabelecer prazo prescricional de ações trabalhistas de cinco anos para trabalhadores rurais e urbanos (Governo, PFL e PDS).
- Direito de greve restrito à defesa dos direitos trabalhistas (Governo, PFL e PDS).
- Terras indígenas deixam de ser bens da União (Governo, PFL e PDS).
- Abrir à iniciativa privada a concessão de serviços públicos de telecomunicações (PFL e PDS).
- Suprimir o direito de sindicalização para o servidor público (Governo, PFL e PDS).
- Suprimir o direito de greve para o servidor público (Governo, PFL e PDS).
- Suprimir o Conselho da República (Governo).
- Suprimir o imposto sobre grandes fortunas (PFL e PDS).
- Suprimir o adicional de 5 por cento do imposto sobre ganhos de capital.
- Suprimir os mecanismos que possibilitam o estabelecimento da reserva de mercado no setor tecnológico (PFL e PDS).

- Suprimir a preferência das empresas brasileiras de capital nacional na aquisição de bens e serviços pelo Estado (PFL e PDS).
 - Abrir às empresas de capital estrangeiro a exploração dos recursos minerais (Governo, PFL e PDS).
 - Supressão do dispositivo que proíbe os contratos de risco (Governo, PFL e PDS).
 - Permitir a comercialização de sangue e hemoderivados (PFL e PDS).
 - Criação de benefícios para idosos e deficientes físicos (Governo).
- Propostas a serem examinadas:
- Suprimir o direito de greve irrestrito
 - Suprimir o mandado judicial no ato de efetuar prisões (Governo, PFL e PDS).
 - Suprimir a expressão "trinta dias" na definição de aviso prévio (Governo, PFL e PDS).
 - Suprimir a estatização da distribuição de gás (Governo).
 - Suprimir o tabelamento dos juros em 12 por cento ou remeter a questão para a lei complementar (Governo, PFL e PDS).
 - Suprimir a utilização do PIS/Pasep para o financiamento do seguro desemprego (Governo, PFL e PDS).
 - Suprimir o dispositivo que revoga os decretos-leis que não estiverem aprovados até a promulgação da Constituinte (Governo, PFL e PDS).

Governo muda a sua estratégia

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney está tentando reativar um bloco de apoio a suas propostas na Constituinte. A articulação desse grupo, no qual o Governo pensa reunir cerca de 200 parlamentares, será discutida hoje, numa reunião no Palácio do Planalto.

Além disso, o Governo tentará votar os pontos polêmicos em uma única semana, o que facilitaria o trabalho de mobilização do grupo. Essa proposta foi levada ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, logo após o término do primeiro turno.

Segundo o Deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), Ulysses recebeu muito bem a idéia, que só poderá ser

posta em prática através de um acordo das lideranças partidárias, por envolver mudanças no regimento. Os partidos de esquerda não aceitam a proposta. O máximo que eles admitem discutir é a fixação de datas para a votação isolada de cada um dos temas.

O Governo, através do Deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), já pensa em apresentar uma proposta intermediária, que concentraria parcialmente as votações, reunindo em um único dia a apreciação dos pontos polêmicos de cada Título ou Capítulo.

Caso não consiga realizar votações em conjunto, o Governo já tem engatilhada outra estratégia: a obstrução.

Os parlamentares ligados ao Planalto estão avaliando os riscos da opção pela obstrução. Eles lembram que para coordenar uma retirada em massa de plenário para evitar o quorum para votação, precisariam estar seguros da impossibilidade de que os partidos de esquerda, associados a uma parcela do PMDB, reunissem os 280 votos necessários.

O Governo não alimenta a expectativa de reunir maioria absoluta para todas as questões. Os assessores de Sarney trabalham com a possibilidade de atrair cerca de 200 parlamentares, número considerado suficiente para bancar qualquer estratégia: seja de obstrução ou mesmo para aprovar alguns dispositivos,

com o apoio de um grupo centrista tido como independente.

O Planalto quer ainda descaracterizar partidariamente este bloco de apoio, retirando o peso do Líder do PFL, Deputado José Lourenço. Com isso, pensa em atrair peemedebistas que durante a primeira fase da Constituinte atendiam aos seus apelos.

Na reunião de hoje, serão analisados também os 22 pontos negociáveis encaminhados ontem ao Planalto pelo PMDB. O Deputado Gilson Machado (PFL-PE) — um dos 13 que votou contra o projeto aprovado no primeiro turno — adianta que nestes pontos já estão incluídas várias questões de interesse do Governo, o que facilitará as negociações.

Constituinte aprova Preâmbulo e Título I

BRASÍLIA — O Preâmbulo e o Título I da Constituição já estão prontos. Foram aprovados ontem numa sessão em que só passaram os dispositivos incluídos no acordo das lideranças.

Somente na quarta-feira deverá haver quorum para votação, porque de domingo a terça o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, ocupará a Presidência da República. Prevendo as dificuldades para conseguir número nas próximas semanas devido à escalada das campanhas eleitorais, Ulysses

apelou aos constituintes para que aceitem estender as sessões até de madrugada.

— As suas senhoras, em casa, terão pelo "Diário da Constituinte" a documentação de que Vossas Senhorias estão realmente aqui, trabalhando pelo País — disse Ulysses, bem-humorado.

As duas emendas aprovadas na sessão de ontem não alteram substancialmente o texto do primeiro turno, visam apenas a melhorar a redação e a torná-lo mais sucinto. Abaixo o Preâmbulo e o Título I.

APRENDA INGLÊS

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como

valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida com a solução pacífica das controvérsias, na ordem interna e internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I — DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Artigo 1º — A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
I — a soberania;
II — a cidadania;
III — a dignidade da pessoa humana;
IV — os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
V — o pluralismo político.
Parágrafo único — Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição.
Artigo 2º — São poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
Artigo 3º — Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I — garantir o desenvolvimento nacional;
II — construir uma sociedade livre, justa e

solidária;
III — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
IV — promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
Artigo 4º — A República Federativa do Brasil fundamenta suas relações internacionais nos seguintes princípios:
I — independência nacional;
II — prevalência dos direitos humanos;
III — autodeterminação dos povos;
IV — não-intervenção;
V — igualdade entre os Estados;
VI — solução pacífica dos conflitos;
VII — defesa da paz;
VIII — repúdio ao terrorismo e ao racismo;
IX — cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Maciel participará de reuniões pelo PFL

BRASÍLIA — O Senador Marco Maciel, Presidente do PFL, é o mais novo representante do partido nas reuniões de negociação em torno dos pontos polêmicos do projeto de Constituição. Indicado por 30 pefelistas dissidentes, Maciel fará agora contraponto às posições da bancada representadas por José Lourenço (BA).
— Formalmente ele continua o Líder, mas queremos fazer valer nossa opinião — disse Maciel.
Como ele reconhece, esta indicação, encaminhada quarta-feira à noite ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que a aceitou, foi uma decorrência natural do placar registrado na votação do projeto elaborado no primeiro turno,

embora ressalte que este "era um processo que já vinha se desenvolvendo".
— Resolvi aceitar porque esta é uma fase muito importante, mas minha presença não inibe a do Deputado José Lourenço, que tem assento natural nestas reuniões — observou Maciel.
Ontem, o Senador não participou do encontro de Lideranças e recebeu um telefonema do Líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim (RS), cobrando.
Maciel respondeu que não poderia ir e seria representado pelo Deputado Francisco Dornelles (RJ). Lá também não estava o Deputado José Lourenço, mas apenas seu representante, o Vice-Líder Inocêncio de Oliveira (PE).